

# SUBNOTIFICAÇÃO de violência sexual e drogas de abuso desafiam autoridades



Apenas uma em cada dez vítimas de violência sexual procuram atendimento. A baixa notificação é alarmante, sobretudo porque esse crime repercute na saúde física e mental da pessoa agredida. O alerta é da chefe de Serviço de Sexologia Forense do Instituto Médico Legal André Roquette (IMLAR), a médica legista Elisa da Cunha Teixeira.

Elisa foi uma das convidadas do debate público realizado pela Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que tratou, ao longo de toda segunda-feira (04/12/23) dos desafios, perspectivas e soluções necessárias para enfrentar ameaças como drogas sexuais, estupro virtuais e redes de violação contra crianças e adolescentes.

Na mesa que abordou a atuação técnico-científica nas investigações, a ginecologista reforçou que o atendimento deve ser feito o mais rápido possível para viabilizar a profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis e a coleta de vestígios para comprovação material da agressão e possível identificação do autor. *"O primeiro atendimento tem que ser de saúde, independentemente das providências criminais"*, frisou.

Em Minas, segundo Elisa, um protocolo de atendimento humanizado está em vigor, garantindo que a vítima faça apenas um depoimento, que será usado para todas as providências. Em todo o Estado, há 109 hospitais de referência para esses casos, sendo que 47 já estão com o protocolo implantado. Em Belo Horizonte e Região Metropolitana, 70% das vítimas são atendidas no Hospital Odilon Behrens.

Ainda citando a subnotificação, a médica afirmou que, por ano, o IMLAR faz cerca de 4 mil perícias de suspeita de violência sexual, sendo mil a tempo da coleta de vestígios.

## **Amostras confirmam presença de drogas sexuais**

Em 2023, 280 amostras indicaram possível uso de drogas de abuso sexual, número considerado alto mesmo sendo subestimado, conforme análise do perito criminal Sandro Cruz, toxicologista e chefe da Divisão de Laboratórios do IMLAR. Segundo ele, as drogas de abuso podem incluir álcool e cocaína, mas, especificamente, são aquelas depressoras do sistema nervoso central, que deixam a vítima sem capacidade de discernimento.

Sandro abordou o trabalho dos laboratórios de toxicologia forense e de anatomia patológica forense, que auxiliam nas investigações dos crimes sexuais e falou sobre a necessidade constante de atualização desses serviços, em função da chegada de novas drogas. A deputada Delegada Sheila, que preside a comissão, avaliou que os delegados precisam conhecer os serviços, para que façam as demandas adequadas de exames, por exemplo.

O assessor de Relações Político-institucionais da Associação Mineira de Medicina Legal, Gerson Coelho Cavalcante Junior, afirmou que a resposta dos exames pode demorar, em função da necessária confrontação de dados, mas que ela vem. Nesse sentido, Elisa Teixeira citou o banco de DNA do Estado, que vem sendo carregado com dados desde 2015. Até agora, segundo ela, foram 200 coincidências de dados, sendo 55 de vestígios de violência sexual.

“*A prova técnica é vital*”, acentuou o chefe da Divisão da Delegacia de Orientação e Proteção a Criança e ao Adolescente, delegado Eduardo Vieira Figueiredo. O grande desafio da investigação, segundo ele, é que a violência sexual ocorre às escondidas, sem testemunhas. E, embora o relato da vítima seja cada vez mais valorizado, é importante buscar a materialidade, seja por vídeos ou mesmo informações sobre computadores, nos casos de estupro virtual.

Foto: Divulgação

<https://jornalpanfletus.com.br/noticia/5195/subnotificacao-de-violencia-sexual-e-drogas-de-abuso-desafiam-autoridades> em 04/07/2024 03:22